

## POR UMA TEORIA RETÓRICA DO DISCURSO: PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ivo José Dittrich<sup>1</sup>

**RESUMO:** Na tentativa de captar o objeto retórica/argumentação em sua complexa unidade, propõe-se uma Teoria Retórica do Discurso cujo ponto de partida seja a argumentação a fim de mostrar que, em função dela, configura-se a retórica discursiva, compreendendo-a como prática social simultaneamente racionalizadora, estética e política. Em função disso, apresenta-se a Teoria com base no princípio teórico-metodológico de que a justificação, o desenvolvimento e a negociação de uma tese organizam a retórica de um discurso em três dimensões argumentativas integradas e complementares: Racionalizadora, Estética e Política, respectivamente.

**PALAVRAS-CHAVES:** argumento, racionalização, estética, política.

**ABSTRACT:** In a attempt to describe the rhetoric/argumentation subject in its complex unity, this paper proposes a Rhetorical Discourse Theory which starting point is the argumentation, aiming at showing that, in relation to it, the rhetoric of a discourse as a social *práxis* simultaneously rational, aesthetic and politic is configured. Considering this aspects, the Theory is supported by the theoretical and methodological principle that the justification, development and negotiation of a *thesis* organizes the rhetoric of a discourse in three integrated and complementary argumentative dimensions: Rational, Aesthetical and Political, respectively.

**KEY-WORD:** argument, rationalization, aesthetics, politics

<sup>1</sup> Doutor em Lingüística, com pós-doutorado em retórica e argumentação. Professor do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu. E-mail: dtrch@unioeste.br

## Introdução

Dada à natureza complexa do discurso persuasivo, diferentes teorias admitem que a adesão a uma tese é consequência de argumentação e de retórica. Por tratar-se de um objeto com dupla face, privilegiam ora uma, ora outra, sem entrar no mérito teórico de cada um dos conceitos. Confundem-se ou sobrepõem-se, assim, Teoria da Argumentação e (Teoria) Retórica e, por vezes, esta incorpora aquela. Para superar esta dicotomização, propõe-se uma Teoria Retórica do Discurso, cuja construção exige, considerando a complexidade e a natureza do objeto, uma abordagem com apoio em diferentes áreas do conhecimento a fim de estabelecer um mínimo de fundamentos teóricos e metodológicos necessários à sua configuração.

Uma teoria dessa natureza pressupõe acesso e compreensão dos estudos retóricos desde suas origens clássicas até as novas retóricas, para dali extrair a viabilidade (ou possibilidade) de integrar e atualizar, numa teoria única, as três provas (argumentos) propostas por Aristóteles – *ethos*, *logos*, *pathos* - para dar conta do sistema retórico em sua totalidade: além do aspecto argumentativo – *inventio* – deve integrar e ressignificar a *dispositio* e a *elocutio* das teorias clássicas, para adequá-las à variedade e à complexidade dos discursos atuais. Além disso, implica acrescentar todo um arcabouço teórico para descrição e análise da interatividade entre os sujeitos da situação argumentativa, aspecto pouco privilegiado nas diversas teorias. Ao mesmo tempo, pressupõe examinar propostas e trabalhos desenvolvidos com o propósito de analisar, retoricamente, discursos de diferente natureza. Envolve, por isso, discutir a própria possibilidade de uma teoria geral – relativa a quaisquer discursos – ou a necessidade de teorias específicas voltadas para os discursos conforme sua origem institucional ou ordinária, considerando as restrições impostas pelos diferentes gêneros.

Na tentativa de abranger esses aspectos, a Teoria se configura em torno de três dimensões argumentativas – Racionalizadora, Estética e Política – no intuito de sistematizar as diferentes facetas da argumentação no discurso. Pressupondo a relação entre Orador e Auditório, a dimensão Racionalizadora pretende mostrar que os argumentos podem ser agrupados em

três categorias, considerando a tese em causa: *técnicos* – relativos à sua sustentação; *sensibilizadores* – relativos às conseqüências da sua aceitação, ou não; *legitimadores* - relativos aos seus fundamentos éticos. A dimensão Estética, por sua vez, diz respeito ao desenvolvimento e à configuração do discurso em seus aspectos de *apresentação*, *linguagem* e *organização*, examinando recursos que pretendem estetizá-lo de modo a favorecer os efeitos sobre o auditório, captando-lhe a atenção e mantendo seu interesse. Não se trata de acoplar uma determinada estética ao discurso; mais do que escolha estilística do orador, ela provém do gênero discursivo e das necessidades da argumentação, gerando um discurso mais técnico, mais informal, mais ponderado (diplomático), mais agressivo, dependendo dos objetivos do Orador e da sua estimativa sócio-cultural do Auditório.

Outro fundamento teórico é o de que o processo argumentativo, por implicar a apresentação e a sustentação de uma tese, desencadeia manifestações e estratégias de poder entre as instâncias argumentativas: mesmo que o Auditório não interfira direta e imediatamente, o Orador, apoiado em seu *ethos* prévio ou discursivamente construído, antecipa refutações ou contra-argumentos à tese que propõe. Gerencia com muita cautela a relação com o Auditório de forma a não prejudicar seu propósito argumentativo: é a dimensão Política do discurso fazendo interface com a dimensão Estética na produção dos sentidos e com a dimensão Racionalizadora na proposição e sustentação da tese.

Nos princípios em que está proposta, a Teoria apresenta significativo potencial teórico e metodológico para a análise retórica de discursos, favorecendo a sua investigação com base nas três dimensões, simultaneamente, em apenas uma delas ou mesmo de algum aspecto específico. Todavia, ainda é preciso compreender melhor as interferências do gênero – político, jurídico, jornalístico, religioso, por exemplo, - e da *doxa* – conhecimento, valores, crenças – no desenvolvimento da argumentação em suas diversas dimensões. Convém salientar, ainda, que se trata de uma Teoria dinâmica, que se pretende em constante construção, mesmo porque a própria ciência Retórica que lhe serve como ponto de partida, apesar de sua história milenar, ainda não se apresenta conceitual e

metodologicamente estabilizada: segue os rumos do próprio fazer científico, em constante ebulição e possível aperfeiçoamento.

## 1. Dimensões da Argumentação:

Uma das questões teóricas relativas ao discurso persuasivo diz respeito à abrangência teórica do que se entende por argumentação e, por extensão, do próprio argumento. Essa dificuldade, entretanto, pode ser superada, ou pelo menos minimizada, caso se entenda que o sentido de argumentação vai além de conjunto de argumentos. Será preciso compreendê-la em sua dinâmica, como processo e, portanto, implica abarcar todos os seus condicionamentos: as instâncias argumentativas, a linguagem, os objetivos do discurso, por exemplo, mesmo por que Plantin (2005) e Perelman (1996), tomando o Auditório como referência, falam da argumentação retórica, diferenciando-a da argumentação lógica e da argumentação dialética. Nesse sentido, toda a argumentação (retórica) pressupõe dirigir-se a um Auditório e assim, por princípio, nela se inscrevem as exigências racionalizadoras, estéticas e políticas para que tenha êxito. Tem-se, assim, que a argumentação, como processo discursivo, corresponde ao conjunto dos argumentos que não só sustentam a tese avançada, mas também a tornam interessante e passível de ser assumida pelo auditório, sem esquecer das suas implicações em relação ao jogo de poder num discurso dessa natureza. Cada uma dessas diferentes facetas da argumentação é o que aqui se pretende captar, teoricamente, com o conceito de dimensão argumentativa.

Isso implica considerar, por isso, a própria noção de argumento. Diferentes teorias, diferentes autores e, portanto, diferentes obras o conceituam, quando o fazem, de maneira diferenciada e com base em princípios distintos. Não parece que possa ser diferente; a ciência pressupõe adequar seu corpo conceitual ao conjunto da teoria que sustenta. Não caberia, portanto, aqui estabelecer um inventário dos diferentes conceitos que se encontram distribuídos no interior e ao longo das diferentes teorias. Será preciso, antes, desenvolver um esforço no sentido de filtrar o que transparece comum e, ao mesmo

tempo, se mostre adequado à proposta teórica nos termos aqui invocados.

Pode-se dizer que, em seu sentido amplo, o argumento refere-se a todos e quaisquer procedimentos discursivos que favoreçam a aceitação, por parte do auditório, da tese que lhe é proposta. Nesta ordem de raciocínio, não somente as afirmações com a respectiva sustentação constituem argumentos, mas igualmente as características do discurso – seus recursos de linguagem – bem como as estratégias de relacionamento interpessoal – relações de poder entre Orador e Auditório –, que também atuam em favor dos propósitos almejados. É o que se passa a entender como argumento *lato sensu*: toda e qualquer técnica, recurso ou estratégia discursiva que pretende interferir sobre o Auditório, contribuindo para ampliar, ou não, as possibilidades de êxito do Orador. A argumentação, em decorrência, cobre toda a dinâmica do discurso. Esta compreensão ampla do argumento pode constituir-se, no entanto, em alternativa nem sempre viável, pois apresenta o inconveniente, se não teórico, pelo menos metodológico, de não discernir entre o que sustenta a tese – sua fundamentação ou racionalização – e o que a viabiliza a fim de fazê-la chegar ao auditório, objetivando conquistar-lhe a adesão. Além disso, poderia dar a entender que esta adesão seria propiciada apenas pela sua fundamentação.

Assim, é preciso avaliar outra compreensão de argumento, proveniente do seu sentido mais geral: o enunciado que sustenta determinada afirmação, respondendo pelos dados que permitem assegurar a sua consistência. É como se respondesse a uma pergunta, se não explícita, pelo menos hipotética, dirigida pelo auditório ao orador: *o que lhe permite afirmar o que diz?, você tem provas suficientes para sua afirmação?* Um exemplo: alguém diz que o Governo deveria extinguir o programa de cotas para ingresso na Universidade. Imediatamente surgiria o questionamento: que argumentos – dados, respaldo científico, manifestações de especialistas – seriam apontados para sustentar ou justificar esta posição? O argumento resume-se, neste caso, à justificativa da asserção proferida. Trata-se de um conceito geral, de uso corrente, nem sempre

explicitado ou abordado na literatura retórica, ainda que lhe pareça subjacente.

Uma alternativa mais específica para a compreensão de argumento (*stricto sensu*), ainda que vinculada à compreensão imediatamente anterior, é aquela apontada por Toulmin (1999): o autor dedica um capítulo inteiro de sua obra à descrição do *layout do argumento*: sua estrutura estaria composta de quatro componentes: asserção, justificativa, evidência e pressuposição<sup>2</sup>. Tem-se, portanto, que o argumento – pelo menos teoricamente – compreenderia a seguinte organização:

- **Asserção**<sup>3</sup>: afirmação sobre o que é bom ou preferível – *valor*, sobre o que deveria ser feito – *ação*, ou sobre o que seria verdadeiro – *crença*.
  - **Justificativa**: a razão de ser, os motivos da asserção proferida
  - **Evidências**: os dados que fundamentam a justificativa e a asserção
  - **Pressuposição**: crença implicitamente assumida pelas instâncias argumentativas
- Veja-se um exemplo com base nesta estrutura:
- **Asserção**: *Todo acadêmico deveria ter um notebook.*
  - **Justificativa**: *porque assim (o acadêmico) ganharia mais tempo*
  - **Evidência**: *Pesquisa da Pró-Reitoria de Graduação revelou que acadêmicos com este equipamento entregam seus trabalhos com maior pontualidade.*
  - **Pressuposto**: *Ganhar tempo na Academia é algo desejável*

Essa estrutura teórica é aquela que, aqui, passa a ser compreendida como argumento *stricto sensu* e na interrelação entre seus componentes configura-se a dinâmica argumentativa. Todavia, é preciso observar que ao longo dos discursos, mesmo naqueles mais manifestamente persuasivos – como os de natureza

<sup>2</sup> A nomenclatura dos componentes e sua respectiva conceituação foram adaptadas para o presente trabalho: revelam, portanto, sistematização própria.

<sup>3</sup> É o que no presente estudo se compreende pelo nome geral de tese.

jurídica, por exemplo -, essa estrutura do argumento<sup>4</sup> nem sempre (ou quase nunca) se revela em todos os seus detalhes e componentes. Geralmente o pressuposto – a lei de passagem, segundo Toulmin (1999) -, como o próprio nome já o diz, é o que menos aparece explicitado, provavelmente porque se presume que seja “de comum acordo” entre as instâncias argumentativas. Discursivamente, o argumento acima poderia aparecer como: *Todos os alunos deveriam ter seu notebook em sala de aula porque isso ampliaria seu rendimento nas aulas. Uma pesquisa da Pró-Reitoria aponta que o uso do equipamento melhora em 55% o rendimento dos alunos.* Assim como o discurso se tornaria enfadonho caso explicitasse todos os conhecimentos (suposta ou efetivamente) partilhados, também a argumentação afastaria o Auditório se exigisse que o argumento fosse sempre configurado em toda a sua estrutura: é a economia da linguagem funcionando no seu sentido de menor esforço com o melhor rendimento.

Outra observação cabe em relação ao conceito de discurso aqui apresentada: pelos próprios fundamentos da teoria, é entendido na sua dinâmica como prática social construída e materializada pela linguagem, onde interferem e se manifestam posições históricas e, portanto, interferências da sociedade, do contexto e de outras variáveis sobre as instâncias argumentativas e sobre o próprio discurso como acontecimento. Sendo assim, todo discurso apresenta, por princípio, algum componente de *argumentatividade*: posiciona-se contra ou a favor de discursos passados, presentes e mesmo virtualmente possíveis, gerando conseqüências sobre as instâncias envolvidas. Saliente-se que, aqui, Orador e Auditório passam a ser entendidas como instâncias argumentativas no sentido de que não se referem àqueles que efetivamente pronunciam, escrevem, ouvem ou lêem o discurso, mas ao lugar enunciativo daquele que propõe e defende uma tese – Orador - e daquele a quem ela é dirigida, resistindo, concordando ou refutando ao que lhe está sendo apresentado – Auditório.

---

<sup>4</sup> De maneira geral, o que se entende por argumento é a chamada *prova*, ou seja, aquilo que, aqui, está sendo considerado como evidência.

A *argumentação*, por sua vez, é particularidade do discurso persuasivo (argumentativo), em seu sentido estrito: aquele discurso que se mostra tacitamente comprometido com a proposição e defesa de determinada tese perante um Auditório, buscando-lhe a adesão. Configura-se, portanto, como acontecimento que se inscreve numa especificidade que implica, pelo menos, certa intencionalidade e um conjunto de interferências contextuais: situação em que se realiza, motivos que o geram, objetivos da instância proponente, valores e crenças que são mobilizados, entre outros. Com base nessa compreensão, parece pertinente apontar as diversas dimensões manifestadas no e pelo discurso, aqui denominadas como argumentativas na medida em que pretendem captar, pelo menos, três diferentes determinantes em que se operacionaliza a argumentação.

### 1.1. Dimensão Racionalizadora

Vale salientar que todo discurso argumentativo pressupõe uma *tese* – aqui entendida em seu sentido geral de ponto de vista ou idéia a ser proposta e defendida<sup>5</sup> - e, por isso, a teoria não deixa de apontar para uma compreensão *stricto sensu* de argumento, vinculando-o mais diretamente à dimensão racionalizadora da argumentação no discurso. Os diferentes argumentos contribuem, assim, para sustentar a *tese*, procurando fundamentá-la sob os mais diversos aspectos. Em seu conjunto, convergem para torná-la consistente – *argumentos técnicos* -, para mostrar sua utilidade e suas conseqüências – *argumentos sensibilizadores* - e, finalmente, para atestar a competência do orador e a natureza ética da tese em apreciação – *argumentos legitimadores*. As técnicas argumentativas apresentadas em Perelman e Tyteca (1996) poderiam ser enquadradas nas três categorias aqui arroladas, pelo menos como exercício metodológico: o argumento de autoridade, ora funcionaria como evidência legitimadora e ora como evidência

<sup>5</sup> Na teoria retórica clássica estabelece-se, por vezes, distinção entre tese e hipótese, a primeira como afirmação universal, a segunda, particular. Releva-se, aqui, esta distinção, considerando que, mesmo no caso de o discurso encaminhar determinada ação, está subjacente a tese de que a ação seja pertinente.

técnica na medida em que fundamentaria a tese com base em pressupostos diferenciados. O próprio exemplo, como argumento, poderia favorecer a argumentação sensibilizadora na medida em que entraria como evidência para possíveis conseqüências nefastas – ou benéficas – de determinada tese que se adotou ou deixou de adotar. Cabe lembrar que tanto a refutação quanto uma possível contra-argumentação<sup>6</sup> também se apóiam nos mesmos princípios argumentativos que buscam racionalizar a proposição e a defesa de uma tese.

A alternativa de restringir o sentido de argumento *stricto sensu* ao papel que este desempenha em relação à sustentação do teor da tese, às suas conseqüências e à sua legitimidade tem a vantagem de permitir, numa *análise retórica do discurso*<sup>7</sup>, apontar e categorizar a natureza e o objetivo de todos os argumentos utilizados para tornar a tese passível de sustentação, de aceitação pelo auditório e de legitimidade. A classificação aqui apresentada não pretende fornecer uma categorização completa ou exaustiva, mas suficiente como ponto de partida para enquadrar a natureza multifacetada da racionalização de uma tese. Não se pode esquecer, todavia, que uma argumentação se viabiliza em função de um acordo mínimo, isto é, de um conjunto de pressuposições compartilhadas e aceitas pelos integrantes da situação argumentativa: crenças, atitudes, valores – *doxa*. Um exemplo: defender a tese da necessidade de áreas verdes em cada cidade pressupõe (presume) que seja aceito como condição de qualidade de vida, viver em locais onde existem áreas verdes. É, aproximadamente, o que Toulmin (1999) apresenta como *warrant*: valores ou crenças socialmente aceitas que permitem aceitar determinada asserção com base em certo conjunto de dados – evidências.

O exemplo apresentado nas páginas anteriores é o que pode ser tipicamente considerado como *argumento técnico*: a evidência é composta por fatos ou dados que pretendem sustentar a afirmação avançada. É um recurso bastante utilizado, por

---

<sup>6</sup> De maneira geral, a refutação diz respeito a negar as teses avançadas pelo adversário, ao passo que a contra-argumentação corresponderia à proposição de uma nova tese, avançando argumentos a seu favor.

<sup>7</sup> Entende-se pela expressão a análise do discurso com base nos princípios aqui apontados. Consulte-se, também, Tringali (1988) e Campato Júnior (2003).

exemplo, em campanhas eleitorais, quando as pesquisas desenvolvidas por diferentes institutos dão suporte à tese de que o candidato deverá, ou não, retirar sua candidatura. Na área econômica também é freqüente: as medidas econômicas e os investimentos financeiros, por exemplo, apóiam-se em dados (evidências) colhidos no mercado de capitais e no comportamento dos diversos agentes que movimentam a economia. Pode-se dizer que a argumentação técnica é a que mais caracteriza a chamada racionalidade do discurso jurídico: o conjunto de provas matérias e legais elencadas pelas partes nos tribunais de primeira instância para sustentar, por exemplo, a tese de legítima tese.

Quando se fala em *argumentação sensibilizadora*, a estrutura do argumento modifica seus componentes no sentido de apontar possíveis conseqüências geradas pela aceitação ou não da tese proposta, buscando ativar possíveis reações emocionais – prazer ou indignação – no auditório. Partindo do mesmo exemplo que vem sendo utilizado no presente estudo, a justificativa e a evidência apontariam que a não-aceitação da tese poderia comprometer os objetivos dos alunos e da Universidade como um todo. Não se trata mais de dar consistência factual à asserção; trata-se, agora, de arrolar justificativas e evidências que sensibilizem o interessado de forma a conquistar a sua simpatia pela asserção em pauta e, conseqüentemente, pela tese em causa.

- **Asserção:** *Todo acadêmico deveria ter um notebook.*
- **Justificativa:** *porque não pode ficar excluído da era digital*
- **Evidência:** *A literatura na área da neurologia e do desenvolvimento intelectual aponta para defasagem de raciocínio e de adaptação entre alunos que, ainda hoje, desenvolvem atividades de modo convencional.*
- **Pressuposto:** *A Universidade deve acompanhar o desenvolvimento tecnológico e propiciar meios que favoreçam o desenvolvimento dos alunos.*

A tentativa parece ser a de conquistar adeptos para a tese – explicitada na asserção inicial – mostrando certo risco que o Auditório correria, caso não lhe fosse favorável. Ao apontar a

exclusão digital (social) e a defasagem intelectual como prováveis conseqüências, procura sensibilizá-lo, fazendo o sentir-se até certo ponto culpado caso não se comprometesse com a afirmação em causa. Nenhum pai ou autoridade gostaria de ser responsabilizado pela ineficiência acadêmica e, muito menos, pelo comprometimento intelectual de uma geração. É o *pathos* aristotélico atuando no discurso, menos no sentido de indignar os juízes e a platéia e mais com o objetivo do *movere* (comover) a fim de solidarizar o auditório com o que lhe está sendo proposto. Outros exemplos de *argumentos sensibilizadores* poderiam ser os que seguem:

- a) **Pragmático:** *a matemática lhe será muito útil no futuro: para se dar bem na vida, é preciso dominar fórmulas e cálculos.*
- b) **Ilustrativo:** *tenho um amigo que saiu lá do interior, era muito pobre, mas estudou bastante: hoje é um renomado professor universitário.*
- c) **Definição expressiva:** *o estudo é uma chave mágica: abre todas as portas para um futuro brilhante.*

Como o ponto de partida aqui considerado é a argumentação e, por conseqüência, a tese em todas as prerrogativas para o seu desenvolvimento no discurso, é importante encontrar uma alternativa teórica que aponte para a sua legitimidade: de um lado, apóia-se na credibilidade do orador, menos em função de suas credenciais pré-conferidas e mais em decorrência do conjunto argumentativo; de outro, a tese apóia-se em sua natureza ética, isto é, na sua (possível) relevância social e consonância com as normas, princípios e valores que alimentam o universo cultural daqueles a quem é dirigida<sup>8</sup>. A *racionalização* da tese – o conjunto das asserções, justificativas, evidências e pressupostos que a sustentam – agora passa a ser de natureza predominantemente legitimadora, objetivando alcançar a adesão mediante o compartilhamento de crenças e valores que seriam avançados e privilegiados no caso de sua aceitação. Observe-se:

- **Asserção:** *Todo acadêmico deveria ter um notebook.*

<sup>8</sup> Em outro estudo, Dittrich (2009) amplia a noção de *ethos*, distribuindo os argumentos em duas categorias: credenciadores e legitimadores.

- **Justificativa:** *porque todos são iguais perante a lei e a sociedade.*
- **Evidência:** *A legislação nacional e a sociedade brasileira prevêem que a Escola supra as carências dos alunos menos favorecidos*
- **Pressuposto:** *As instituições devem propiciar as mesmas oportunidades para todos os cidadãos.*

A instância proponente não aponta apenas as evidências que apontam para a conformidade da tese com os princípios da legislação em vigor – legalidade; indica valores que são (ou seriam) caros e presumidamente aceitos na sociedade, tais como a igualdade perante a lei, o oferecimento das mesmas oportunidades para todos e, especialmente na área acadêmica, as mesmas condições para que não seja prejudicado o rendimento da instituição na sua tarefa de preparar e inserir o estudante na sociedade em que vive e, se for o caso, no mercado de trabalho que irá enfrentar. O Orador procura mostrar ao Auditório que, como proponente e defensor da tese, apóia princípios que venham a favorecer o desempenho dos acadêmicos, em igualdade de condições e que, como consequência (ainda que implícita) a Universidade auferiria melhores resultados na medida em que se posicionar favoravelmente. O ponto de partida é o de que a tese se legitime com base nesses pressupostos de natureza ética ou legal, ainda que a instituição nem sempre tenha condições técnicas e financeiras para tornar a proposta viável<sup>9</sup>. Outros exemplos de argumentos legitimadores:

- a) *As diretrizes curriculares representam os anseios da educação brasileira: resultam de ampla discussão entre os diferentes setores envolvidos*
- b) *O material que lhe chega às mãos é de qualidade inquestionável: foi escrito e revisado por um renomado professor do Instituto de Biologia.*
- c) *A posição dos ambientalistas sobre os transgênicos não está equivocada: apóia-se na legislação mais recente sobre sementes e agrotóxicos.*

<sup>9</sup> Esse discurso credencia o orador como proponente legítimo da tese

Certamente o exercício teórico-metodológico aqui desenvolvido poucas vezes, ou talvez nunca, se manifeste efetivamente em algum discurso. O que vale, no entanto, e este seu objetivo, é a possibilidade teórica de aprofundar os estudos relativos à argumentação com auxílio de uma ferramenta que permita, pelo menos em tese, compreender e explicitar o mecanismo argumentativo que subjaz à proposição de uma tese no discurso. É preciso ter em mente que não basta a apresentação de diferentes argumentos; é preciso que se articulem no sentido de favorecer a mesma tese, tornando-a consistente de forma a antecipar possíveis refutações ou, pelo menos, de evitar que seja qualificada como vazia ou desprovida de sustentação. No exemplo que vem sendo sistematizado, o conjunto dos argumentos acima apresentados poderia racionalizar ou constituir a fundamentação da seguinte tese: a Universidade deveria prever em seu orçamento a possibilidade de proporcionar a cada acadêmico um notebook para uso nas suas tarefas universitárias.

O que importa ressaltar é que esta racionalização – no sentido de componentes discursivos que conferem consistência técnica, sensibilizadora e legitimadora à tese - compreende um vasto leque de argumentos de diferente natureza, cujo objetivo reside em cercar a tese de todos os cuidados, estendendo o lastro das evidências para além do *entimema* e da estatística. Na medida em que se apontam, também, as conseqüências e a legitimidade de uma tese, a probabilidade de angariar a adesão do Auditório parece ampliar-se: deixando-lhe claros todos os intervenientes que circundam a tese, tanto em seu plano factual, como afetivo e ético, abre-se uma série de possibilidades para torná-lo simpático a sua aceitação. Para o auditório, a prova factual (estatística) pode não ser suficiente, mas uma vez que se vê à frente das conseqüências que poderiam atingi-lo começa a refletir e a prestar um pouco mais de atenção ao que está sendo proposto, sem contar que ao lhe serem revelados valores que lhe são caros e que estão inscritos na tese, passaria a avaliar positivamente o teor do ponto de vista que lhe apresentam. Ressalve-se, no entanto, que o êxito da racionalização não é evidente e, muito menos, previamente assegurado.

## 1.2. Dimensão Estética da Argumentação:

Parece pertinente recorrer aos fundamentos da *Estética* para apoiar a abordagem dos procedimentos que tornam a argumentação no discurso não apenas sensibilizadora, mas também atraente, agradável, bonita e, conforme as circunstâncias, acessível ao auditório. Não se trata, portanto, de mera técnica de elaboração do discurso; a criação do discurso persuasivo pressupõe algum diferencial, uma singularidade, uma novidade, o que o aproxima da obra de arte: o *movere* da retórica clássica aponta para essa natureza do discurso que parece exigir um pouco de contemplação<sup>10</sup> para produzir seus efeitos de sentido. Isso ameniza, até certo ponto, a racionalização formal por vezes encaminhada mediante técnicas de raciocínio mais rígidas, sistemáticas, quase-lógicas. Além disso, inscreve o desenvolvimento da argumentação num certo olhar já estetizado sobre os objetos no discurso, particularizando a tese em apreço de acordo com crenças e valores prezados pelo proponente. A subjetividade é assumida como componente da argumentação.

Vale chamar a atenção para o fato de que não se trata de separar a forma – estética - do fundo – argumentação, pois o próprio desenvolvimento desta última se dá e acontece através do e pelo discurso persuasivo, preocupado em torná-la acessível, agradável e, por vezes, comovente. Implica admitir que estes procedimentos discursivos em que é veiculada e apresentada a tese tomam por referência uma estimativa do perfil sócio-cultural e político do Auditório, pois é este, em última instância, quem determina uma retórica mais técnica, mais emotiva ou mais legitimadora.

Essa compreensão da Teoria Retórica do Discurso – dada à centralidade que a argumentação ocupa - estabelece uma dimensão estética do discurso com base na argumentação predominante, considerando o Auditório a quem se dirige e ao objetivo maior do discurso: se dirigido ao entendimento, gerar a convicção; se dirigido à vontade, a persuasão, se dirigido à

---

<sup>10</sup> Note-se que a contemplação não representa passividade; ela é ativa, interrogatória, crítica e assim, a experiência estética do auditório passa pela atualização das possibilidades interpretativas do discurso.

confiança, a credibilidade. Assim entendida, a dimensão estética, uma vez vinculada à natureza da argumentação predominante, vai dimensionar o discurso em torno de sua *apresentação*, mediante recursos pragmáticos, em sua *organização*, através de recursos textuais e, finalmente, em sua *linguagem* mediante recursos lexicais de forma a alcançar seu propósito em relação à tese, sempre levando em consideração a instância argumentativa a quem se destina - o Auditório.

Assim, por exemplo, no caso de um auditório especializado predominaria a argumentação técnica veiculada por uma linguagem mais erudita e terminologicamente precisa, uma apresentação que se preocupa preponderantemente em situar o auditório em relação à tese apresentada e uma organização textual que prima por certo rigor formal, que assegure o encadeamento entre os argumentos de forma a constituir uma unidade discursiva bem articulada. No caso do discurso virtualmente possível apresentado nas páginas anteriores, o Auditório seria possivelmente composto pelos membros de um Conselho Superior, o que exigiria, provavelmente, uma clara e bem sustentada apresentação da tese relativa à importância de *adquirir notebooks para todos os acadêmicos*, mediante um discurso bem articulado e o uso de uma linguagem tecnicamente precisa e adequada às circunstâncias, pressupondo o conhecimento prévio dos interessados.

Numa situação em que o Auditório apresenta composição de natureza mais heterogênea (geral), predominaria uma argumentação mais sensibilizadora ou legitimadora, mediante uma linguagem mais acessível: um léxico mais comum e maior explicitação quando se trata do uso de termos mais técnicos. A organização textual se mostraria mais livre, variando conforme os interesses e virtuais reações do auditório e a apresentação cuidaria de gerar possíveis reações passionais, sem deixar de considerar que a argumentação deva ser mais ponderada a fim de aproximar-se do auditório. A mesma tese – *adquirir notebooks para todos os acadêmicos* – se dirigida ao corpo de estudantes ou mesmo aos pais ou representantes, provavelmente geraria impacto imediato de aprovação, dispensando maiores esforços do Orador com relação à apresentação e à própria organização textual. O objetivo de

conquistar apoio para a tese estaria facilitado em grande parte. Exigiria, provavelmente, o uso de uma linguagem mais corrente, cuidando para antecipar possíveis refutações.

Pode-se notar, pelo que aqui foi dito, que a dimensão estética procura reunir, em linhas gerais, o que no sistema retórico clássico era considerado como *dispositio* e *elocutio*. É uma tentativa de superar a compreensão equivocada – mesmo em relação aos clássicos – de que após a distribuição dos argumentos na estrutura do discurso seria acoplada a linguagem, como se ela fosse, de fato, um revestimento, uma capa a enfeitar determinado produto. Foi essa compreensão, inclusive, uma das responsáveis<sup>11</sup> pela amputação da retórica, restringindo-a ao estudo da linguagem ornamental. Não deve significar, no entanto, que, por isso, as figuras estejam excluídas da presente teoria; ao contrário, como recursos de argumentação, ocupam lugar determinante: como enunciação do inusitado, do diferente, contribuem para atrair e manter a atenção do auditório. Compreendendo a dimensão estética como fazer discursivo e, portanto, como produção de sentidos, as figuras inscrevem-se na apresentação, na organização e na linguagem discursivas na medida em que contribuem para tornar o discurso consistente, confiável e, se oportuno ou necessário, comovente. É este o horizonte que deve(ria) orientar sua categorização, ainda que se tome como ponto de partida a literatura na área.

### 1.3. Dimensão Política da argumentação.

O conjunto daquelas disciplinas geralmente enquadradas como de natureza enunciativa – aquelas que, em linhas gerais, consideram o discurso como processo em que os agentes e a cena do acontecimento desempenham papel fundamental – aponta para a relevância de qualquer disciplina ou área do conhecimento voltada para o estudo do discurso considerar a

<sup>11</sup> Pelo menos dois outros fatores podem ser apontados: no predomínio dos sistemas feudais e absolutistas não houve (nem poderia haver) lugar para o debate, para a argumentação; mais recentemente, entre os séculos XVII e XIX, com o predomínio do racionalismo positivista, o homem foi dividido em corpo e mente: desloca-se, assim, a linguagem verbal para o terreno do subjetivo, do caótico, do emocional.

interação entre os sujeitos que o materializam. Tal *interação* não se dá apenas entre as instâncias mais diretamente envolvidas – Orador e Auditório no presente estudo – mas também com outros enunciadores de quem, muitas vezes, aqueles se constituem porta-vozes. Parece, assim, que uma teoria retórica do discurso (persuasivo) deva privilegiar este aspecto da situação argumentativa – relação entre a instância que propõe e defende uma tese e aquela instância a quem é dirigida - para dar conta da própria natureza da argumentação que, por princípio, implica divergência de pontos de vista e, portanto, os movimentos de aproximação ou distanciamento entre as instâncias argumentativas pressupõem estratégias que favoreçam o objetivo pretendido. Essa dimensão se mostra determinante nos discursos que, na atualidade, se desenvolvem com auxílio dos mais diferentes recursos, diferentemente da antiguidade clássica, onde se resumiam praticamente à modalidade oral. Possivelmente, tenha sido este um dos motivos para que essa dimensão não fosse tão privilegiada nas teorias clássicas.

É preciso acentuar que essa relação interativa não acontece espontaneamente, como poderia parecer à primeira vista: com ou sem auxílio de recursos (tecnológicos) que a modernidade proporciona, ela é, ou pode ser, articulada de forma a favorecer a aceitação da tese pelo auditório. Para isso, o Orador projeta, retoma ou constrói imagens que sejam adequadas aos objetivos do empreendimento discursivo: mostrar, executar ou fingir autoridade e legitimidade seria uma destas estratégias. Ao mesmo tempo em que se legitima como proponente credenciado, também recorre a estratégias que a tornem legítima e aceitável por parte de seu Auditório. Na mesma ordem de raciocínio, também este, ainda que não se pronuncie imediatamente, sabe da sua própria autoridade, do seu conhecimento, da sua legitimidade como portador de pontos de vista que não precisam coadunar-se com os do Orador. Assim, pronunciar-se com humildade, respeitando o possível pensamento do Auditório pode constituir-se como estratégia relevante para a instância proponente: dificilmente a interação chegaria a bom termo se o Auditório não considerasse a tese em apreço como ética e, muito menos, se o Orador se mostrasse arrogante ou dono absoluto de uma verdade: a tendência é o

discurso ser encerrado antes do tempo ou a relação avançar para o terreno das ofensas ou agressões.

Na situação argumentativa cabe, portanto, ao Orador - como instância proponente - gerenciar as relações de poder que, certamente, se manifestam em qualquer discurso, ainda mais quando se trata de alguém propondo uma tese e pretendendo persuadir um outro a aceitá-la. Por isso, aqui será compreendida como dimensão Política do discurso, apoiando-se na Ética para fundamentar sua estruturação. Note-se que nomear tal dimensão como Política significa não restringi-la ao exercício de poder vinculado ao Estado; significa, antes, pensar a política como exercício das relações de poder e, portanto, em nível de retórica do discurso, aproxima-se da microfísica do poder (Foucault) e, mais especificamente, do poder social, como relação entre pessoas: capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos – a capacidade do homem em determinar (ou interferir sobre) o comportamento do outro. É importante frisar que esta relação entre os sujeitos do discurso – sujeitos porque ambos (orador e auditório) falam (ou ouvem) de posições determinadas social e historicamente – cumpre papel determinante na persuasão, visto que o enfrentamento, a empatia e a própria noção de carisma podem ter importância decisiva na adesão ou na rejeição a uma tese.

Considerando essa natureza relacional do poder, a prática discursiva implica movimentos de dominação e resistência entre as instâncias argumentativas, ou seja, o exercício do poder implica avaliar as coerções impostas pela situação argumentativa, especialmente no que diz respeito ao lugar do Auditório na cena enunciativa, balizando a intenção ou o interesse em interferir sobre suas crenças, valores ou comportamentos. Assim, o proponente (Orador) utiliza diferentes *estratégias*<sup>12</sup> para desenvolver a argumentação de acordo com os fins pretendidos no intuito de ver favorecida sua relação com o Auditório; este, por sua vez, contrapõe-se, ainda que virtualmente, mediante

---

<sup>12</sup> Na linguagem dos jogos, uma estratégia designa um conjunto coerente de decisões que um agente que assume responsabilidades se propõe tomar, em face das diversas eventualidades que será levado a encarar, tanto por causa das circunstâncias exteriores, como em virtude de hipóteses que incidem sobre o comportamento de outros agentes interessados em tais decisões. (Lalande, 1999)

estratégias que marcam sua posição frente ao que lhe é proposto. Mesmo que se pensem as estratégias a partir da instância proponente, não se poderá desconsiderar o fato de que elas também apresentam característica relacional: o Orador só aciona – põe em prática – diferentes estratégias porque pressupõe a não-coincidência do seu ponto de vista com aqueles a quem se dirige. Não significa necessariamente conflitualidade, mas desenvolve-se num acontecimento discursivo que manifesta posições, se não antagônicas, pelo menos divergentes.

Pensando a *estratégia* no seu sentido geral como ação realizada de modo coordenado para atingir certo objetivo e em nível de discurso, como modo de o sujeito escolher (de maneira consciente ou não) operações linguageiras para interferir sobre o outro, tem-se um indicativo de que a intenção<sup>13</sup> desempenha papel determinante. Uma primeira estratégia é a de *legitimação*: na tese que vem servindo de exemplo no presente estudo, o proponente apresentar-se-ia como legítimo representante de uma instância social que avaliza positivamente o uso da tecnologia na universidade: mostrar-se-ia reconhecido por trabalhos anteriores ou por atividades já encaminhadas. Uma segunda categoria de estratégias pode ser considerada como de natureza identificadora – *estratégias de identificação*: o proponente conduz seu discurso de forma a que o auditório se “veja” ou se reconheça no modo de pensar de quem lhe propõe determinada tese. É como se dissesse: “o proponente pensa e age como eu...”. Uma terceira estratégia é da ordem da *aproximação*: não se trata de proximidade física, mas de uma manifestação discursiva que disponibilize positivamente o interlocutor a fim de colocá-lo em situação de ouvir com atenção e de quem, ainda que virtualmente, merece apreço e tem direito a manifestar-se. Outra estratégia – de *antecipação* – consiste em estimar possíveis pontos de rejeição ou enfrentamento no sentido de contornar com diplomacia a divergência, sem deixar de manter o posicionamento próprio. Ao mesmo tempo, implica munir-se de argumentos que possam, antecipadamente, cancelar manifestações de hostilidade ou indiferença.

<sup>13</sup> No Dicionário de Política – verbete *Poder* – lê-se que “o requisito da intenção é amplamente aceito nos escritos de politologia e sociologia respeitantes ao poder”. (Bobbio, 2000)

Da parte da instância propositária<sup>14</sup> (Auditório), as estratégias dizem respeito a manifestações virtualmente possíveis, considerando o discurso persuasivo em sua complexidade dialógica, mas não necessariamente dialogada. Assim, o próprio proponente avalia estratégias que poderiam ser acionadas como contra-discurso, ou seja, estratégias que poderiam, eventualmente, ser atualizadas. Uma delas é a *refutação*: ainda que não se manifeste formalmente, o auditório posiciona-se histórica e socialmente como sujeito que, pelo menos inicialmente, desconhece ou não compartilha os mesmos posicionamentos que lhe são apresentados – procura no seu próprio universo *dóxico* argumentos que enfrentem os que lhe são apresentados, conduzindo a outra linha argumentativa; outra estratégia é a da *indiferença*, podendo manifestar-se como contraponto da aproximação: é como se – virtualmente – não se mostrasse interessado no que o proponente lhe tem a dizer. No mesmo sentido encaminham-se as estratégias de *rejeição* pura e simples não só da tese que está sendo apresentada, mas do próprio proponente, considerando-o como representante não legitimado para falar em nome de uma voz supostamente consensual a respeito de uma crença, atitude ou valor (tese).

Vale dizer que a situação argumentativa implica posturas nem sempre diplomáticas entre as instâncias: a apresentação e defesa de uma tese, por isso, geralmente é tensa e sobressaem-se, por vezes, manifestações de imposição de crenças, de ajustes em termos de dominar o adversário ou de considerá-lo subserviente ou de apoiar-se em universos supostamente culturais e sociais que assegurem a validade do que se propõe. Movimentos de antipatia, simpatia, carisma por parte das instâncias precisam, assim, ser identificados mediante fragmentos mais ou menos extensos, o que implica assumir que o único nível de análise seja o próprio discurso. O trabalho do analista transita no limite do subjetivo, o que, todavia, não significa desqualificação científica: procura captar, com base no discurso, possíveis intenções estratégicas das instâncias argumentativas, justificando-

<sup>14</sup> A instância a quem é dirigida a proposição de uma tese. Instância porque é “instada a” – colocada na situação de – interferir, ainda que virtualmente, no processo argumentativo.

as mediante interpretações possíveis apoiadas em fragmentos do texto/discurso.

## 2. Sistematização da Teoria Retórica do Discurso:

De acordo com o que se disse até aqui, uma Teoria Retórica do Discurso envolve pressupostos simultaneamente teóricos, metodológicos e funcionais, ou seja, precisa apresentar os fundamentos teóricos em que ampara o estabelecimento de seu objeto, resolver questões metodológicas que viabilizem a aplicabilidade da teoria e, ainda, destacar as razões de sua existência – por que é útil, por que é viável, em que contribui no terreno da ciência e do social.

Com este universo de exigências e pressupostos, a proposta teórica dificilmente se completaria ao longo de um artigo porque, além de outros princípios, não deixa de considerar como ponto de partida as três provas retóricas propostas por Aristóteles – o *logos*, o *ethos* e o *pathos* – para, a partir destas, estabelecer os fundamentos de uma dimensão racionalizadora. A expectativa é a de que um Modelo<sup>15</sup> de Teoria Retórica do Discurso deva dar conta, também, das outras duas dimensões – estética e política - para configurar a sua unidade argumentativa. Concebe-se, assim, a relação argumentativa<sup>16</sup> como um triângulo, cujos vértices são ocupados pelo Orador, pelo Argumento e pelo Auditório e, em cujo interior se articulam as três dimensões de forma a configurar, em seu conjunto, o universo geral do discurso. Pode-se acrescentar, ainda, que a relação do Orador com o argumento é da ordem do saber – conhecimento da matéria sobre a qual versa a tese -, do Orador com o Auditório, da ordem do poder – relação de forças entre as instâncias argumentativas – e, finalmente, do argumento com o Auditório da ordem do fazer – uma argumentação construída para conquistar o Auditório.

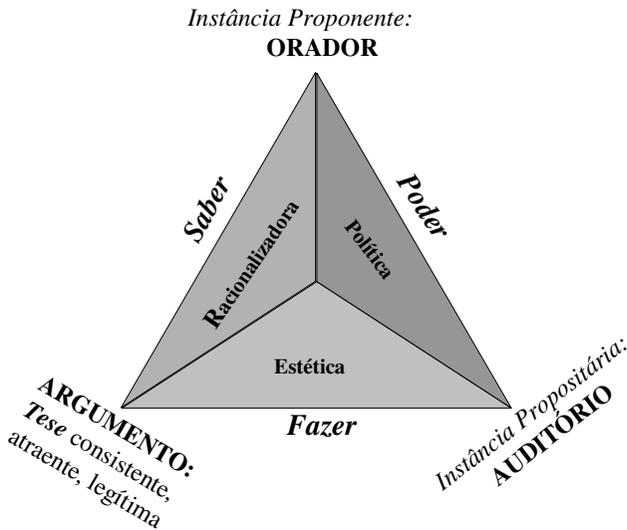
---

<sup>15</sup> Utilizamos provisoriamente esta expressão, cientes do risco que o conceito envolve por apontar para sentidos relativos à formalização, formatação e afins.

<sup>16</sup> O orador tem uma opinião, transforma-a em tese que sustenta em argumentos para fazê-la chegar ao Auditório de modo a conquistar sua adesão. Para isto, deve considerar o universo de valores deste auditório.

Trata-se, no entanto, de um horizonte sempre a alcançar, já que o objetivo primeiro da presente proposta é permitir o estudo do Discurso em suas três dimensões, simultaneamente. A “aplicação” do Modelo deverá dizer em que medida é viável e até onde compensa investir em seu aprimoramento. Na seqüência, ele é apresentado sistematizadamente: não se trata de uma camisa de força; ele apenas deve (ou pode) servir como referência para a descrição da argumentação a partir dos fundamentos propostos pela teoria. Em suma: A retórica do discurso persuasivo se constitui na relação política entre Orador e Auditório em função de uma tese racionalizada por diferentes argumentos e desenvolvida mediante determinada configuração.

### Modelo da Teoria Retórica do Discurso:



## Considerações finais:

Considerar a argumentação como ponto de partida para a teoria e a análise retórica do discurso não implica sobrevalorizar, como acontece em muitas teorias, os seus aspectos argumentativos; significa, antes, colocar as três dimensões em pé de igualdade, predominando ora uma, ora outra. Nessa ordem de raciocínio, as técnicas argumentativas – argumentos *stricto sensu* – constituem apenas um dos aspectos do discurso persuasivo<sup>17</sup>; complementando-as e com elas se integrando encontram-se os recursos da linguagem para a sensibilização do Auditório – estética – e as estratégias de interação entre este e o Orador – política.

Pode-se entender, assim, por que o objeto da Teoria Retórica do Discurso é complexo e multifacetado: compreende, ao mesmo tempo, o conjunto das técnicas argumentativas, recursos da linguagem e estratégias interativas que são mobilizados no processo discursivo da persuasão, constituindo, em seu conjunto, o que chamamos de retórica do discurso. Inclui, portanto, todos os procedimentos discursivos que tornam o desenvolvimento de uma tese ao mesmo tempo consistente, atraente e legítima. Em outras palavras, a retórica de um discurso abrange o conjunto dos procedimentos discursivos mobilizados para desenvolver a persuasão e cujo objetivo é, em última análise, a adesão do auditório à tese que lhe é proposta. Assim, a argumentação como processo discursivo, cujo efeito pretendido é a adesão, objetiva, em última análise, fazer crer na tese. Compreender a teoria com base nestes fundamentos não significa, portanto, restringi-la ao estudo dos argumentos; implica, antes, considerar todos os aspectos relativos à argumentação no desenvolvimento do discurso, o que leva a estendê-la ao âmbito da retórica.

Assim entendida, como Teoria Retórica do Discurso, pode-se superar o inconveniente de assumir que o objeto da Retórica seja a retórica. Além disso, minimizam-se as dificuldades

---

<sup>17</sup> Eemeren e Grootendorst (2004) falam em discurso argumentativo, Reboul (2000), em discurso persuasivo e Bryant (1965), em discurso retórico. As diferentes adjetivações para o discurso parecem representar a proeminência dos pontos de partida a que os autores concedem prioridade.

implicadas nos diferentes sentidos com que se procurou defini-la ao longo dos anos. Facilita, também, delimitar a abrangência de seu objeto de estudo: ainda que a persuasão – tanto no sentido de convencimento quanto no seu sentido clássico de objetivo do discurso – mantenha seu lugar no universo da teoria, a argumentação e, portanto, a tese é que a define e orienta sua elaboração. Não se argumenta por bel prazer, mesmo que seja apenas para exercitar o pensamento ou para tornar clara uma idéia própria. Sendo assim, a persuasão ou o convencimento não se apresentam como conseqüências da argumentação; nela já se encontram implicadas.

Essa alternativa também apresenta a vantagem de aproximar-se de teorias modernas do discurso (Maingueneau, 2007)<sup>18</sup> que partem do princípio de que todo o discurso é, por princípio, argumentativo uma vez que sempre interage com um discurso anterior, concomitante ou posterior, com ele concordando ou se contrapondo. Pode-se dizer, assim, que todo discurso pode não ser persuasivo, mas que, em alguma medida, algum grau de argumentação nele se inscreve<sup>19</sup>. Aproxima-se também de Quintiliano, cuja crítica e esforço em definir a retórica se estrutura em torna de superar seu estreito vínculo com a persuasão porque a aproximaria, quase sempre, da sofística. Por isso, ele pretende defini-la como a ciência do dizer bem. O próprio Cícero, na medida em que exigia do orador profundo conhecimento da matéria sobre a qual discursava a fim de que se tornasse consistente, manifesta grande preocupação com a argumentação como a definidora da *ars retorica*. Defini-la como faculdade para encontrar os meios de produzir a persuasão, tal como Aristóteles define a retórica, ainda se inscreve na teoria aqui apresentada: na medida em que aponta três *pisteis* – *logos*, *ethos* e *pathos* – como meios de persuasão manifesta a centralidade da argumentação em seu sistema, estendendo-lhe o sentido para abranger, também, os procedimentos que a tornariam bem sucedida.

<sup>18</sup> Vide, a este respeito, o capítulo de seu livro em que aborda o primado do interdiscurso.

<sup>19</sup> Interessante observar a distinção feita por Amossy (2007) entre orientação argumentativa e dimensão argumentativa: enquanto a última estaria inscrita em qualquer discurso, a primeira se inscreveria naqueles discursos com claros objetivos de persuasão.

Com base na teoria aqui apresentada, passa a ser objetivo da *análise retórica do discurso* discernir os procedimentos discursivos que caracterizam as diferentes dimensões da argumentação e como estes se articulam para atingir os propósitos do discurso. Mesmo que estreitamente relacionada à configuração de discursos manifestamente persuasivos, a teoria tem potencial para estender-se à descrição dos mais diferentes gêneros discursivos na medida em que se entender melhor a sua dimensão linguageira, social e histórica: implica abordar a relação entre as instâncias, o uso da linguagem e, em maior ou menor grau, a interferência de um sujeito sobre o outro, buscando, se não a adesão, pelo menos a aproximação no compartilhamento de crenças, atitudes e valores.

#### BIBLIOGRAFIA:

AMOSSY, R. (Org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo. Contexto, 2005.

AMOSSY, R. *O lugar da argumentação na Análise do Discurso: abordagens e desafios contemporâneos*. In: **Filologia e Língua Portuguesa**.n. 09. p.121-146.2007.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e Arte poética**. 14ª ed. Rio de Janeiro. Ediouro. 2002.

BOBBIO, N. et.al. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale et.al. 5ª ed. Brasília. Ed. da UNB. 2000

BRYANT, D. C. *Rhetoric: its function and scope*. In: SCWARTZ, J. and RYCENGA, J.A. **The province of rhetoric**. New York. The Ronald Press Company. 1965

CAMPATO JÚNIOR, J.A. **Retórica e literatura: o Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo. Scortecci. 2003.

CHARAUDEAU, P e MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo. Contexto. 2004.

DITTRICH, I. J. *Ampliando a noção de ethos: argumentos credenciadores e legitimadores*. In: LOPES, F.L. e SACRAMENTO I.

(Orgs.). **Retórica e Mídia: estudos ibero-brasileiros**. Florianópolis. Insular. 2009.

EEMEREN, F. e GROOTENDORST, R. **A systematic theory of argumentation: a pragma-dialectical approach**. Cambridge. CUP. 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 20ª ed. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro. Graal. 1979.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Trad. Fátima de Sá Correia et.al. São Paulo. Martins Fontes. 1999.

MAINGUENEAU, D. **A gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba. Criar Edições Ltda. 2007

PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo. Martins Fontes. 1996

PLANTIN, C. **L'Argumentation**. Paris. PUF. 2005.

REBOUL, O. **Introdução à retórica**. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

TOULMIN, S. E. **The uses of argument**. Cambridge. CUP. 1999.

TRINGALI, D. **Introdução à Retórica: a retórica como crítica literária**. São Paulo. Duas Cidades. 1988